

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 21 de fevereiro de 2025 • Nº 1996 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

JANEIRO

Movimentação nos aeroportos cresce 7,5%

Os aeroportos brasileiros registraram alta no fluxo de passageiros em voos domésticos e internacionais durante o mês de janeiro. Conforme os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), foram 2,7 milhões de via-

jantes internacionais, um recorde de movimentação para o mês e um crescimento de 15,2% na comparação com 2024. Nas rotas domésticas, foram 8,6 milhões de passageiros, 5,3% acima do registrado em janeiro de

2024. O fluxo somado nos voos domésticos e internacionais em janeiro de 2025 alcançou 11,3 milhões de passageiros, 7,5% acima do registrado no mesmo período do ano anterior. **PÁGINA 3**

PD&I

Governo Lula destina R\$ 3 bi para centros de inovação

Empresas do Brasil e do exterior podem se habilitar para receber recursos destinados à implantação ou expansão de Centros de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PD&I). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência de fomento ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, irão destinar R\$ 3 bilhões para a iniciativa. O lançamento da concorrência pública aconteceu ontem, na sede da multinacional Bosch, em Campinas, interior de São Paulo, com a participação do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin. Centros de PD&I são instalações que concentram laboratórios, espaços de testes, desenvolvimento de produtos, pesquisas básicas e aplicadas, além de colaboração com universidades e outras instituições. **PÁGINA 2**

PUNHAL VERDE-AMARELO

Provas atestam que Bolsonaro sabia de plano para matar Lula



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (foto) foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal (STF) por tentar um golpe de Estado após as eleições de 2022. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), Bolsonaro, enquanto presidente, soube e concordou com um plano de execuções de autoridades públicas batizado de "Punhal Verde e Amarelo". A PGR menciona provas coletadas pela Polícia Federal (PF) para

concluir que Bolsonaro soube do plano de assassinatos por meio do general Mário Fernandes, secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência e autor do esboço criminoso. Fernandes estava em posse do plano de assassinatos em duas ocasiões em que se encontrou com Jair Bolsonaro: na tarde de 9 de novembro de 2022, no Palácio da Alvorada, e na noite de 6 de dezembro, no Palácio do Planalto. **PÁGINA 5**

PERIGO NO AR

Voo da Latam retorna ao Galeão após bater em ave

PÁGINA 6

EUA

Medidas de Trump têm baixo apoio da população

PÁGINA 6



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Cid diz que general estava com raiva e pressionava Bolsonaro por golpe

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, disse que o general da reserva Mário Fernandes (foto), um dos denunciados pela tentativa de golpe de Estado, estava entre os que mais pressionavam o ex-presidente Jair Bolsonaro a tomar alguma medida de intervenção contra a democracia nos dois meses entre o fim das eleições de 2022 até a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023. Os detalhes constam em material de áudio e vídeo de delação premiada do militar liberado ontem pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que detalha um plano de ruptura institucional movido pelo ex-presidente e aliados. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA 0,17% / 127.530,72 / 221,92 / Volume: 24.400.706.156 / Negócios: 3.811.110						Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo	
Mais Negociados						Fechamento		R\$ 1.412,00		0,27% (jan.)		Compra: 6,0476	
Maiores Altas			Maiores Baixas			%		R\$ 4,5373		0,16% (jan.)		Venda: 6,2276	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	44.176,65	-1,01	UFIR-RJ	IPCA	12,15%	DÓLAR Ptax - BC	
PDG REALT ON NM	0,01	0,00	ONCOCLINICASSON NM	4,000	+33,33	+1,000	6.117,52	-0,43	(29/01)	CDI	13,25%	Compra: 5,7019	
HAPVIDA ON ATZ NM	2,44	+0,41	BARDELLA ON	11,00	+14,58	+1,40	19.962,362	-0,47	(21/02)	OURO	0,1712%	Venda: 5,7043	
BRASIL ON NM	28,00	-2,98	BARDELLA PN	9,80	+11,36	+1,00	22.068,057	-0,48	(21/02)	BM&F/grama/RJ	R\$ 541,79	Compra: 5,7447	
VALE ON NM	57,74	+3,68	AZEVEDO PN EC	0,84	+9,09	+0,07	1.589,96	-0,23	(21/02)	EURO Comercial	0,6721%	Venda: 5,9247	
ASSAI ON NM	6,980	-1,69	DTCOM.DIRECTON	4,15	+7,79	+0,30	8.122,58	+0,15					

MERCADOS



Com Vale em alta de 3,68%, Ibovespa avança 0,23%, aos 127,6 mil

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em dia de foco em balanços como os de Vale e Banco do Brasil, e de agenda econômica relativamente esvaziada, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se manteve em margem estreita, entre mínima de 127.063,47 e máxima de 127.871,29, com fechamento a 127.600,58 pontos, em leve alta de 0,23%. Na semana, ainda acumula perda de 0,48% e, no mês, avança 1,16%. No ano, o ganho é de 0,08%.

O giro subiu a R\$ 24,4 bilhões na sessão, em que o destaque foi Vale ON, em alta de 3,68% após os resultados trimestrais divulgados no fim da noite anterior. A principal ação do Ibovespa esteve entre as que mais avançaram ontem, logo atrás de PetroReconcavo (+7,41%) e de Totvs (+3,08%). Na ponta oposta, Vamos (-5,57%), Gerdau (-5,36%) e Metalúrgica Gerdau (-4,92%).

Dessa forma, o avanço superior a 3% para o papel da mineradora ao longo da sessão colocou o ganho acumulado pela ação na semana a 3,72% e, no mês, a 6,59% - no ano, Vale sobe agora 5,85%.

Outro destaque da agenda de balanços na sessão, a reação aos resultados trimestrais de Banco do Brasil, embora

considerados bons, veio na forma de uma realização de lucros em cima de uma expectativa que já era positiva para os números do período. No ano, a ação BB ON ainda acumula ganho perto de 17% - e de pouco mais de 2% no mês, à frente das demais grandes instituições financeiras em ambos os intervalos. Assim, fechou hoje em baixa de 2,98%, em dia levemente positivo para Santander (Unit +0,11%), misto para Bradesco (ON +0,09%, PN -0,25%) e negativo para Itaú (PN -0,27%).

DÓLAR

Com agenda doméstica de indicadores esvaziada e sem surpresas vindas de Brasília, os negócios no mercado de câmbio local foram pautados pelo ambiente externo na sessão de ontem.

O real se apreciou moderadamente em dia de enfraquecimento global do dólar, após Donald Trump acenar com um possível acordo comercial com a China. Em baixa desde a abertura dos negócios, o dólar fechou em queda de 0,39%, a 5,7044, após ter tocado mínima a R\$ 5,687. O real, que vem liderando o desempenho entre emergentes nas últimas semanas, hoje exibiu ganhos inferiores a de seus pares latino-americanos.

PD&I

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Empresas do Brasil e do exterior podem se habilitar para receber recursos destinados à implantação ou expansão de Centros de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PD&I). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência de fomento ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, irão destinar R\$ 3 bilhões para a iniciativa.

O lançamento da concorrência pública aconteceu ontem, na sede da multinacional Bosch, em Campinas, interior de São Paulo, com a participação do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin.

Centros de PD&I são instalações que concentram laboratórios, espaços de testes, desenvolvimento de produtos, pesquisas básicas e aplicadas, além

de colaboração com universidades e outras instituições.

Os recursos serão distribuídos em formas de subvenções econômicas, como empréstimos, participação acionária e recursos não reembolsáveis para projetos cooperativos entre empresas e instituições tecnológicas.

DIRETRIZES

Para que as empresas sejam contempladas, é preciso que as propostas sejam alinhadas a pelo menos uma das missões da Nova Indústria Brasil (NIB), política de desenvolvimento industrial do governo federal.

As missões são desenvolvimentos nas áreas de infraestrutura, moradia e mobilidade; agroindústria; complexo industrial de saúde; transformação digital; bioeconomia e transição energética; e tecnologia de defesa.

Os projetos de centro de PD&I deverão ter demanda mínima de crédito superior a R\$ 20 milhões, com exceção das regiões Norte e Nordeste, onde o valor será a partir de R\$ 10 mi-

lhões. O prazo de execução das propostas pode ser de até 36 meses.

COMPETITIVIDADE

O vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin considera que a inovação é um dos eixos da neoindustrialização.

"A chamada pública do BNDES e da Finep vai estimular nossas empresas a seguirem esse caminho, investindo em pesquisa e desenvolvimento; sofisticando nossos produtos e processos; e gerando emprego e renda no Brasil", afirma.

Para o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, os centros aceleram o lançamento de produtos e serviços novos ou aprimorados, ampliando a competitividade, complexidade e diversificação da economia brasileira. Ele destaca que o Brasil "tem competência científica relevante, forma profissionais qualificados, produz conhecimento, tem instalações físicas e diversidade de institutos de pesquisa".

"Mas ainda tem um longo caminho a trilhar na transforma-

ção desses ativos em inovações pelas empresas e na retenção de talentos", declarou Mercadante.

De acordo com o presidente da Finep, Celso Pansera, os centros de PD&I "têm papel central na atração e manutenção de empregos qualificados que elevam o patamar de renda e a complexidade econômica".

Ele complementa que "grandes centros de pesquisa atraem ainda toda uma cadeia qualificada de fornecedores que geram um ciclo virtuoso de crescimento e inovação".

RANKING DE INOVAÇÃO

O Brasil está na 50ª posição no ranking do Índice Global de Inovação (IGI), divulgado em setembro de 2024, pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). O país caiu uma posição em relação ao ano anterior. A lista inclui 133 países.

Os dez primeiros colocados na classificação são Suíça, Suécia, Estados Unidos, Singapura, Reino Unido, Coreia do Sul, Finlândia, Holanda, Alemanha e Dinamarca.

ABRACE

R\$ 1 trilhão pode ser agregado ao PIB até 2030 com transição

RENAN MONTEIRO/AE

A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (ABRACE Energia) apresentou ontem, um estudo apontando um acréscimo de R\$ 1 trilhão ao PIB até 2030 com a transição energética.

O levantamento verifica que o País tem potencial não só com o impulso na produção de biocombustíveis, como também na chamada indústria verde. Ou seja, com a exportação de produtos industriais de baixo carbono. O estudo contratado pela entidade foi conduzido pela PwC Strategy e menciona que o Brasil tem "condições privilegiadas para se tornar um hub global de descarbonização".

São mostrados, por outro lado, diferentes "desafios estruturais" que comprometem a competitividade industrial no país. No setor energético, encargos e subsídios representam até 70% do custo final da energia elétrica, reduzindo a competitividade das empresas brasileiras, segundo o estudo. Além disso, 70% das exportações do país ainda são baseadas em commodities.

"Diferentemente da maioria dos programas e políticas atuais, que focam apenas na

oferta de energia, o estudo enfatiza a importância de estimular a demanda para viabilizar um novo ciclo de industrialização no país", avalia Paulo Pedrosa, presidente da ABRACE Energia. Ele apresentou mais cedo o estudo ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

A pesquisa indica aumento de 10 GWm (gigawatt médio) no consumo elétrico e a redução de 100 milhões de toneladas de CO2 na atmosfera até 2030, com a transição energética. É estimada também a geração de 3 milhões de empregos.

Para facilitar essas projeções, o levantamento mostra como necessário: simplificação tributária; políticas para eletrificação industrial; estímulo ao financiamento da transição diminuição dos encargos do setor energético para aumentar a competitividade da indústria; regulação do mercado de carbono, dentre outros pontos.

A ABRACE Energia aposta que a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) no Brasil será uma oportunidade "para firmar acordos internacionais e atrair investimentos" aos setores industriais sustentáveis.

IMÓVEIS ANTIGOS

Caixa lança linha de crédito, com benefícios, para reformar prédios

CIRCE BONATELLI/AE

A Caixa Econômica Federal lançou ontem, uma linha de crédito imobiliário para incorporadoras com projetos de revitalização de prédios antigos - o chamado retrofit. A nova modalidade contará com benefícios em relação à linha tradicional de financiamento à produção de imóveis novos.

"Como banco da habitação, temos estudado bastante o tema para apoiar o setor", afirmou o Gerente de Clientes e Negócios de Habitação Para Pessoa Jurídica, Reinaldo Mazzocato. "A Caixa será a grande parceira do retrofit. Assim como dominamos outros mercados, queremos dominar este", emendou.

O lançamento aconteceu durante evento sobre retrofit organizado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP).

A nova modalidade contará com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

(FGTS) e Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) - com taxas de juros abaixo de mercado - além de recursos livres. Não foram revelados detalhes sobre o orçamento do banco para o segmento, nem as taxas específicas.

A grande novidade da nova linha destinada a retrofit é que os recursos poderão ser usados para a compra do terreno como também do imóvel original que passará por reforma. Nas linhas tradicionais, o crédito se limita ao terreno. "Vamos financiar o incorporador na aquisição do imóvel que será retrofitado", destacou Mazzocato.

Outra diferença é que o banco fará a antecipação de até 50% do valor dos recursos para o incorporador, enquanto nas linhas tradicionais, o limite é de até 10%. "Hoje em dia, há um deslocamento do fluxo do incorporador os desembolsos se concentram no início do projeto. O objetivo da Caixa é fornecer mais recursos onde é necessário para

o retrofit", afirmou o gerente.

Mazzocato lembrou que o Minha Casa Minha Vida (MCMV), relançado pelo governo Lula em 2023, estabeleceu como prioridade a revitalização dos grandes centros, especialmente com empreendimentos de até 200 apartamentos.

A legislação do novo programa habitacional também buscou superar um problema que atrapalhava o financiamento e a venda de imóveis requalificados. A nova regra iguala os imóveis que passaram por retrofit aos imóveis novos.

A principal questão da lei é que as unidades qualificadas serão consideradas como novas. O cliente que adquirir a unidade retrofitada terá as mesmas condições da habitação nova, inclusive com subsídios do FGTS e outros benefícios. Antes disso, as unidades eram tratadas como usadas para fins legais. "Isso gerava dificuldades na venda, então, a lei veio para facilitar".

Mazzocato apontou ainda

que o retrofit vem crescendo ao redor do Brasil. Esse é um movimento que vem ganhando corpo em São Paulo, como também é alvo de políticas públicas nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Belém, Recife, Manaus e Porto Alegre.

Em São Paulo, por exemplo, a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento da Prefeitura de São Paulo aprovou 21 projetos de retrofit dentro do Programa Requalifica Centro, que foi instituído pela Lei 17.577, de 2021. A iniciativa concede incentivos fiscais para a atração de investimentos em retrofit e o aumento na oferta de moradia na região central da capital paulista.

No evento do Sinduscon-SP, o representante da Caixa comentou ainda que o banco vai levar ao conselho curador do FGTS a proposta de que recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) para atender projetos de retrofit. Hoje, o fundo atende a produção de moradias do MCMV para as famílias de renda mais baixa.

2024/2025

Tesouro suspende novas contratações do linhas de financiamento do Plano Safra

AUDRYN KAROLYNE/AE

O Tesouro Nacional anunciou ontem, a suspensão de novas contratações de financiamentos subvencionados pelo Plano Safra 2024/25. A medida, que passa a valer a partir da sexta, 21, não contempla operações de custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Segundo ofício enviado às 25

instituições financeiras operadoras do crédito subsidiado, a decisão leva em conta principalmente o aumento na taxa básica de juros.

"Devido à divulgação de nova grade de parâmetros oficial pela Secretaria de Política Econômica no início do presente mês e ao recebimento de informações atualizadas da previsão de gastos com o estoque de operações rurais contratadas com equalização de taxas de juros, as esti-

mativas dos gastos para 2025 com a referida subvenção econômica foram atualizadas, tendo como resultado um aumento relevante dos gastos devido à forte elevação nos índices econômicos que compõem os custos das fontes em relação aos utilizados na confecção do Projeto de Lei Orçamentária - PLOA 2025, ainda em tramitação no Congresso Nacional", diz o documento assinado pelo secretário

do Tesouro, Rogério Ceron.

Na semana passada, o subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, havia sinalizado que o governo poderia realocar saldos de recursos de linhas equalizadas do Plano Safra atual para linhas de financiamento do Pronaf, nas quais há esgotamento de recursos.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

JANEIRO

Aeroportos: movimentação de passageiros cresce 7,5%

LUIZ ARAÚJO/AE

Os aeroportos brasileiros registraram alta no fluxo de passageiros em voos domésticos e internacionais durante o mês de janeiro. Conforme os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), foram 2,7 milhões de viajantes internacionais, um recorde de movimentação para o mês e um crescimento de 15,2% na comparação com 2024.

Nas rotas domésticas, foram 8,6 milhões de passageiros, 5,3% acima do registrado em janeiro de 2024. O fluxo soma-

do nos voos domésticos e internacionais em janeiro de 2025 alcançou 11,3 milhões de passageiros, 7,5% acima do registrado no mesmo período do ano anterior.

O Aeroporto Internacional de Guarulhos liderou o ranking dos aeroportos mais movimentados com turistas estrangeiros no Brasil em janeiro, registrando 1,41 milhão de passageiros.

Na sequência, aparecem o Galeão, no Rio de Janeiro, com 592,1 mil viajantes, e Florianópolis, que recebeu 210,9 mil.

Outros aeroportos com grande fluxo internacional foram

Campinas (92,1 mil), Brasília (82,7 mil), Salvador (55,8 mil), Confins (48,7 mil), Fortaleza (45,1 mil) e Recife (38,6 mil).

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os números indicam melhora na economia e mais confiança no País. "Estamos vendo o melhor resultado dos últimos anos na aviação civil. Isso é resultado de uma economia robusta e de maior confiança dos brasileiros e dos turistas estrangeiros para viajar e conhecer o Brasil."

CARGAS

A carga aérea internacio-

nal também registrou resultados positivos, com 65,1 mil toneladas movimentadas, 6,9% acima de janeiro de 2024. Na carga aérea doméstica, foram processadas 37,2 mil toneladas, crescimento de 4,2% em relação a janeiro do ano anterior.

No total, a movimentação de cargas registrou 102,2 mil toneladas, com um crescimento de 5,9% em relação a janeiro do ano anterior. A demanda e a oferta registraram aumentos respectivos de 10,6% e 11,1% em comparação com janeiro de 2024.

SETOR PRIVADO

BB já começou a buscar clientes para novo consignado

MATHEUS PIOVESANA/AE

A presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, afirmou ontem, que o banco já começou a buscar possíveis clientes para o novo consignado privado, que deve ser lançado em março. O novo produto, que utilizará o sistema eSocial, do governo federal, deve aumentar o mercado.

"Toda expertise que temos no consignado do setor público, já de 20 anos, vamos levar para o consignado do setor privado", disse Tarciana, em entrevista à imprensa para comentar os resultados do banco no quarto trimestre de 2024 divulgados na quarta-feira passada, após o fechamento do mercado financeiro.

O Banco do Brasil registrou lucro líquido ajustado de R\$ 37,89 bilhões em 2024, uma al-

ta de 6,6% ante o ano anterior e o maior resultado da sua história. No quarto trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 9,58 bilhões, avanço de 1,5% na comparação anual.

O resultado do banco foi influenciado positivamente pelo crescimento das operações de crédito e pela queda nas provisões contra a inadimplência.

O BB é líder na concessão de consignado público no País, e boa parte de sua carteira de pessoa física vem dessa linha.

O vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores, Geovanne Tobias, afirmou que a maior oportunidade do novo produto vem da possibilidade de chegar aos clientes diretamente, algo que hoje não acontece, porque os bancos têm de fazer convênios com cada empresa.

R\$ 20 BILHÕES

Supremo forma maioria para barrar processos sobre Funrural

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para confirmar a decisão do ministro Gilmar Mendes que determinou, em janeiro, a suspensão nacional de todos os processos que discutem a sub-rogação na cobrança do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural). A suspensão vale até o Supremo dar a palavra final sobre o assunto em ação com impacto estimado em R\$ 20,9 bilhões para a União.

O referendo da decisão de Gilmar está em análise no plenário virtual que começou na sexta-feira passada, e tem encerramento previsto para a hoje. Até o momento, ele foi seguido por seis ministros: Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli, Edson Fachin e Cármen Lúcia.

A ação sobre o Funrural foi apresentada pela Associação Brasileira de Frigoríficos (Abra-

frigo) e tramita na Corte desde 2010. O processo questiona norma que passou a exigir dos agropecuaristas o pagamento da contribuição sobre a receita bruta. Antes, o valor incidia sobre a folha de salário.

Todos os ministros já votaram e há maioria para declarar a validade do Funrural sobre a receita bruta, mas um dos ministros (Marco Aurélio Mello) se aposentou antes de se manifestar sobre um ponto específico, a sub-rogação.

A discussão pendente gira em torno da obrigação do recolhimento do tributo: se é exclusiva dos produtores ou pode ser repassada para os frigoríficos, por exemplo. Há cinco votos a favor da transferência da responsabilidade pelo recolhimento, e cinco contra.

Gilmar considerou que a suspensão é necessária para evitar o agravamento da insegurança jurídica após decisões divergen-

tes acerca do tema nas instâncias inferiores. A decisão atinge apenas os processos que discutem a validade da sub-rogação do tributo.

A suspensão dos processos atendeu a um pedido feito pela Abrafrigo e pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). Elas apontaram que o julgamento já foi pautado 15 vezes para proclamação do resultado desde 2022.

"A indefinição continuará durante todo o recesso e não se sabe por quanto tempo ainda, o que acarretará prejuízos graves e de difícil reparação ao setor rural brasileiro caso alguma das teses da ADI (inconstitucionalidade do tributo ou da sub-rogação - esta mais provável que aquela, por não depender de alteração de voto), venha a prosperar", diz a manifestação.

Se a sub-rogação cair, como querem os frigoríficos e as exportadoras, a responsabilidade

do pagamento da contribuição do produtor rural pessoa física não poderá mais ser transferida. Nessa hipótese, o produtor teria de arcar com o Funrural.

De acordo com a petição do setor, a maioria das decisões na Justiça vem mantendo a sub-rogação. "A indefinição é prejudicial aos sujeitos passivos e à própria União, dado o risco de trânsito em julgado de decisões contrárias a uns e outra, com a respectiva execução (levantamento ou conversão em renda de depósitos, entre outros efeitos) antes da final deliberação desta Suprema Corte - tudo a reclamar uma medida cautelar de urgência", argumentam.

Em novembro, o ministro Luís Roberto Barroso disse que o fim da sub-rogação poderia "dificultar o recolhimento do tributo, já que a Fazenda não teria condições de fiscalizar individualmente os pequenos produtores rurais".

BELO MONTE

TRF suspende medida do Ibama em hidrelétrica

WILIAN MIRON/AE

A Justiça Federal da 1ª Região no Amazonas (TRF1/AM) suspendeu a decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que reduzia a vazão da hidrelétrica Belo Monte até 15 de março, por conta do período de defeso, para reprodução dos peixes no Rio Xingu. Essa medida foi adotada em janeiro, após a queda de linhas de transmissão que atendiam a usina provocarem um aumento da vazão no curso natural do rio, permitindo que os peixes fizessem a piracema.

A decisão do Ibama, contudo, reduzia a produção de ener-

gia da usina em 2,4 mil megawatts médios (MWmed) no atendimento à ponta de carga.

Durante o imbróglio, o diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Márcio Rea, afirmou que a redução de vazão da usina poderia causar impactos relevantes à confiabilidade do atendimento eletroenergético do País, impactando inclusive nos custos da energia para os consumidores.

A decisão do TRF1 foi tomada na tarde da quarta-feira passada, e nela a Justiça Federal destaca que as decisões do órgão ambiental devem levar em consideração também as questões de segurança do setor elétrico.

PORTO DE SANTOS

Antaq abre consulta sobre terminal que dobrará capacidade de contêineres

LUIZ ARAÚJO/AE

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) abriu, ontem, audiência pública para finalização do projeto de concessão do STS10, terminal que dobrará a capacidade de movimentação de contêineres do Porto de Santos.

Conforme o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a expectativa é de que o leilão de concessão seja o maior da história portuária brasileira. Com investimento previsto de até R\$

5,6 bilhões ao longo de 25 anos, a ampliação busca tornar o Porto de Santos um hub da América Latina.

Os investimentos abrangem tanto intervenções na área arrendada quanto em áreas comuns do porto organizado, incluindo dragagens da área de manobra e dos berços de atracação do novo terminal.

O prazo de contribuições sobre os procedimentos do processo licitatório se estende até o dia 24 de março. A data da sessão pública ainda será definida.

CONTRIBUIÇÕES

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à consulta pública do arrendamento do terminal Tecon Santos 10 estão disponíveis na página da Antaq. As contribuições devem ser feitas exclusivamente por meio de formulário eletrônico disponível no site da Agência.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do e-mail: anexo_audiencia022025@antaq.gov.br

mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso.

O envio do anexo via e-mail não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

A Antaq diz em nota que, caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) da Agência em Brasília ou nas suas Unidades Regionais.

MINERADORA

Tarifas de Trump não têm efeitos imediatos na Vale

GABRIEL VASCONCELOS E JULIANA GARÇON/AE

O presidente da Vale, Gustavo Pimenta, disse ontem, que o aumento de tarifas do governo Donald Trump, nos Estados Unidos, não tem efeitos imediatos na Vale, mas traz impactos secundários ligados ao arrefecimento da atividade econômica mundial.

"Já tivemos essa experiência (com o governo Trump) no passado, e precisamos ver onde isso vai terminar, quais os níveis de aumento das tarifas. Não vendemos minério para os Estados Unidos, que é autossuficiente nisso. Mas entendemos que tem efeitos secundários, de arrefecimento e demanda mundial, e que podem gerar impacto. Não vemos impacto relevante agora, mas seguimos monitorando", disse.

Ele falou a jornalistas em entrevista na sede da mineradora, no Rio. Com relação à China, Pimenta disse que o país segue sendo o principal mercado da Vale e deve manter ou ter leve crescimento na demanda este ano, ligada a diversificação da economia.

"Eles (China) tiveram boa performance este ano, crescimento acima de 5%, demanda em torno de um bilhão de toneladas de aço. A China deve seguir com ritmo de produção forte, pouco acima de 1 bilhão de toneladas", disse Pimenta.

Ele lembrou que a demanda do país asiático tinha uma dependência muito forte do segmento imobiliário, que caiu substancialmente, mas vem sen-

do compensada pelos setores de manufatura e infraestrutura.

"Isso fez com que a demanda chinesa por minério de ferro se equilibrasse. E a gente vê outros mercados acelerarem. Há outros mercados na Ásia crescendo ano contra ano, o que faz com que vejamos equilíbrio em 2025", disse o executivo, ao citar especificamente a Índia.

Pimenta afirmou ainda que os preços atuais do minério de ferro respondem a um mercado de equilíbrio, e se as cotações caírem abaixo de US\$ 90, cerca de 150 milhões de toneladas deixarão de ser oferecidas globalmente e o preço se corrigirá.

"A gente vê que os preços atuais respondem a um mercado em equilíbrio, e acho difícil imaginar grandes variações estruturais neste momento. A gente acha que US\$ 90, hoje, é o preço de equilíbrio de longo prazo", comentou o CEO. "Abaixo de US\$ 90, (a produção de) aproximadamente 150 milhões de toneladas de minério ficam ineconômicas."

DESEMPENHO SÓLIDO

O presidente da Vale definiu o desempenho da companhia em 2024 como "sólido" e se disse satisfeito com os resultados alcançados pela gestão até o momento. "Estou feliz com os resultados que alcançamos até aqui. Concluímos 2024 com desempenho sólido, reduzimos a taxa de frequência de lesões e alcançamos 57% do programa de descharacterização de barragens a montante. Não queremos ter mais barragens de nível três até o fim de 2025", disse.

2024

Santos Brasil tem lucro líquido de R\$ 206,3 mi no 4º trimestre

ELISA CALMON/AE

A Santos Brasil reportou lucro líquido de R\$ 206,3 milhões no quarto trimestre de 2024. O montante representa uma queda de 8,3% em relação a igual período de 2023.

Já o Ebitda registrou avanço anual de 46,9% no acumulado de 2024, somando R\$ 1,469 bilhão. No último trimestre do ano passado, o indicador atingiu R\$ 404 milhões, alta de 10,2% ante igual intervalo de 2023.

A receita líquida, por sua vez, somou R\$ 790,7 entre outubro e dezembro de 2024. A cifra representa alta de 18,5% na comparação anual.

Segundo o CFO e diretor de Relações com Investidores da empresa, Daniel Dorea, o recuo do lucro foi um movimento pontual. "É zero uma tendência. Aconteceu apenas que algumas unidades de negócios apresentaram um mix de carga mais favorável no quarto trimestre de 2023", disse em entrevista ao

Grupo Estado).

Para ilustrar, o executivo destaca que o lucro líquido registrou um bom desempenho no acumulado anual. Entre janeiro e dezembro de 2024, a cifra atingiu R\$ 742 milhões, 47% acima do resultado de 2023.

DÍVIDA

A dívida líquida da Santos Brasil saltou de R\$ 56,4 bilhões no quarto trimestre de 2023, para R\$ 1,995 bilhão no mesmo período do ano passa-



DOENÇA

Apenas não vacinados contraíram febre amarela em São Paulo

O Governo de São Paulo reforçou na quarta-feira passada a importância da vacinação contra a febre amarela. O estado registrou 15 casos da doença em humanos – nenhum deles estava vacinado –, e nove evoluíram para óbito. A imunização é a medida mais eficaz de proteção contra a doença.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, os casos registrados aconteceram em grupos de pessoas que estavam em áreas de mata – aqueles que estavam vacinados não se contaminaram.

O secretário de Saúde de São Paulo, Eleuses Paiva, informou que o exato já recebeu do Minis-

tério da Saúde duas milhões de doses adicionais da vacina contra a febre amarela para a imunização no estado.

“Todas as Unidades Básicas de Saúde do estado têm as vacinas e solicitamos que a população procure a UBS mais próxima para se imunizar. Se você não se lembra se já se vacinou, tome a vacina. Não há contraindicação”, afirmou. A secretaria destacou que o mapeamento dos casos indica que o vírus da febre amarela está em circulação no estado. Isso ficou demonstrado pelo registro de mais de 30 casos em primatas em diferentes regiões, como em áreas de mata de Ribeirão Preto e Campinas.

TRANSPORTE

Mototáxi: PGJ emite parecer contrário a decreto de Nunes

RENATA OKUMURA/AE

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), chefe do Ministério Público de São Paulo (MPSP), se manifestou contrária ao decreto da Prefeitura de São Paulo que proíbe o serviço de moto vi aplicativo no capital.

O parecer, assinado pelo subprocurador-Geral de Justiça Wallace Paiva Martins Junior, na quarta-feira passada, argumenta que a gestão municipal não tem competência para proibir o serviço, destacando que a medida fere a liberdade econômica e de escolha dos passageiros.

A manifestação é uma resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pela Associação dos Motofretistas do Brasil contra a Prefeitura de São Paulo. O processo tramita desde setembro de 2024, e ganhou novos capítulos no início deste ano, após a 99 e a Uber anunciarem a retomada do serviço. Na época, a Prefeitura ampliou as fiscalizações e acionou a Justiça, que em janeiro determinou que as empresas suspendessem as operações no município.

A associação defende que é de competência exclusiva da União legislar sobre o transporte e trânsito, conforme a Constituição Federal, cabendo ao município fixar regulamentação de funcionamento, mas não proibir.

Na decisão, a procuradoria argumentou que o decreto da Prefeitura de São Paulo viola a liberdade econômica e a livre concorrência, ao restringir o direito ao trabalho dos motociclis-

tas e a liberdade de escolha dos passageiros.

“O decreto impugnado ao proibir o transporte por meio de motocicletas ceifou a possibilidade do livre exercício dessa atividade privada – permitida pela legislação federal. Essa vedação à livre iniciativa ainda fragiliza a livre concorrência, prejudicando, ao final, os próprios consumidores, pois obstados da ampla possibilidade de escolha.”

O documento cita ainda que é de competência exclusiva da União legislar sobre o transporte e trânsito, conforme a Constituição Federal.

“Normas atinentes a trânsito e transporte são da alçada privativa da União, como emerge do inciso XI do art. 22 da Constituição Federal, e essa esfera não pode ser molestada por excessiva e exagerada dimensão do interesse local, sobretudo por consultar à liberdade de locomoção e circulação que não se exaure ou esgota em uma única comunidade urbana”, segundo o texto.

Segundo o subprocurador-Geral de Justiça, a proibição imposta prejudica ainda o mercado de transporte, favorecendo outras alternativas clandestinas.

“A vedação adotada no ato normativo (de primeiro grau) atacado proporciona reflexamente as disfunções da clandestinidade em todas as suas consequências, como a exposição à insegurança no trânsito, a captura da atividade por organizações criminosas, a informalidade do trabalho etc”, escreveu Martins Junior.

“Por essas razões, é fácil con-

cluir que o decreto municipal se incompatibiliza com os arts. 1º, IV, e 170, IV, da Constituição Federal”, ressalta ainda a decisão.

O QUE DIZ A PREFEITURA

Procurada, a gestão Nunes justifica que para estabelecer a proibição desse tipo de transporte na capital paulista, a gestão municipal se baseou em dados sobre o aumento de acidentes e mortes com o uso de motocicletas na cidade.

“O crescimento de sinistros e mortes é proporcional ao da frota, que teve um salto de 35% nos últimos dez anos (833 mil em 2014 para 1,3 milhão em 2024). O número de mortes cresceu 20% de 2023 (403 óbitos) para 2024 (483 óbitos)”, disse o município.

A gestão municipal reforça que está com uma campanha que alerta sobre os riscos do uso de mototáxis na capital, reforçando sua política de preservação à vida e segurança no trânsito.

“A proibição dessa modalidade de transporte, por decreto municipal de 2023, visa exclusivamente o cuidado com a saúde e a vida da população. Vale ressaltar que o serviço também está proibido pela Justiça por decisão da 7ª Câmara de Direito Público”, afirmou a Prefeitura.

O QUE DIZ A 99

Em nota, a empresa afirma que o posicionamento do MPSP não só corrobora a legalidade da atividade de motoapp na cidade como reforça a necessidade de proteger o direito de trabalho dos motociclistas, o direito de escolher como

se locomover pela cidade do passageiro, assim como viola a liberdade econômica.

“A suspensão e a oposição da Prefeitura de São Paulo ferem a Constituição Federal e estão prejudicando milhões de paulistanos”, afirma Bruno Rossini, diretor de comunicação da 99

Segundo o aplicativo, empresas e prefeitura aguardam decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que vai analisar o mérito sobre o funcionamento do modal.

O QUE DIZ A UBER

Para a empresa, o parecer do MPSP reafirma que as viagens de moto seguem as regras federais para o transporte privado individual de passageiros, conforme estabelecido pela Lei 13 640/2018 e pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU).

“O entendimento reforça que a proibição imposta pelo decreto municipal impõe restrições inconstitucionais à livre iniciativa e à concorrência, além de incentivar o transporte clandestino, sem as camadas de segurança oferecidas pela plataforma.”

A Uber diz ainda que acompanha as decisões da Justiça para garantir a coexistência de novas soluções de mobilidade proporcionadas pela tecnologia.

“A empresa segue à disposição do município para dialogar e contribuir na construção de uma regulamentação que viabilize geração de renda e amplie as alternativas de deslocamento para a população”, afirma o aplicativo.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 32ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRA”, “CRA”, “Emissão” e “Securitizedora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 32ª (Trigésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos do Agronegócio devidos por Francisco Ferreira Camacho, celebrado em 31 de janeiro de 2023 (“Termo de Securitização”), nos termos da Resolução nº 02, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunir-se em 1ª (primeira) convocação em assembleia especial de Titulares dos CRA (“AGT”), a realizar-se no dia 12 de março de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado, pela Emissora, de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Em razão do fim dos valores concedidos nas Assembleias Gerais de Titulares realizadas em 22 de abril de 2024 e em 18 de outubro de 2024 para cumprimento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias pendentes, aprovar que seja declarado Evento de Vencimento Antecipado e, conseqüentemente, a realização do Resgate Antecipado Obrigatório da totalidade dos CRA, nos termos das cláusulas 8.1 e 8.2 da CPR-F e 7.2.1 do Termo de Securitização. Caso aprovado, a Devedora deverá realizar o pagamento integral do saldo devedor atualizado dos CRA, acrescidos da Remuneração, tributos, encargos moratórios, multas, despesas, penalidades e demais encargos contratuais e legais do Patrimônio Separado (“Montante Devido”), no prazo de 05 Dias Úteis contados da formalização da ata, conforme estabelecido nas cláusulas 8.4 e 8.5 da CPR-F; (ii) Caso ocorra o Vencimento Antecipado e a Devedora não efetue o pagamento do Montante Devido no prazo indicado no item (i) acima, aprovar a estratégia para recuperação do crédito, incluindo a adoção das providências necessárias à execução das garantias e a cobrança dos valores devidos, assim como a contratação de um Agente Fiduciário a ser definido posteriormente; (iii) Caso ocorra o Vencimento Antecipado e a Devedora não efetue o pagamento do Montante Devido no prazo indicado no item (i) acima, discutir posteriormente, em eventual nova assembleia especial de Titulares dos CRA, conforme o caso, sobre o pagamento dos valores devidos ao Agente Fiduciário, totalizando nessa data R\$ 37.440,87 (trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e sete centavos), e que constarão relacionados em anexo da AGT, bem como o pagamento dos valores devidos aos demais prestadores de serviço da Operação; (iv) Em caso de aprovação do item (i) acima, e condicionado a realização do Resgate Antecipado Obrigatório da totalidade dos CRA, a dispensa do envio ao Agente Fiduciário das pendências documentais que constarão listadas em anexo da AGT, e em caso de reprovação do item (i) acima, a concessão de prazo adicional de 60 (sessenta) Dias Úteis a contar da aprovação em assembleia, para o atendimento da referida obrigação; e (v) Autorização para a Securitizedora, o Agente Fiduciário, o Emitente, Avalistas, quaisquer terceiros obrigados e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: Fica facultado aos Titulares dos CRA o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado nas páginas da Securitizedora (https://www.canalsecuritizedora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos. NET). A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assembleias@pentagontrustee.com.br com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRA LF PEC”, observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia Especial; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizedora (https://www.canalsecuritizedora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) – Sistema Fundos. NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 20 de fevereiro de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Titulares dos CRA”, “CRI”, “Emissão” e “Securitizedora” ou “Emissora”, respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadrágésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização (“Termo de Securitização”), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA (“AGT”), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 20 de março de 2025, às 15:00 (quinze) horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Conceder, ou não, um *waiver* para afastar a hipótese de configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 7.6.1. (viii) do Termo de Securitização, em decorrência da propositura de: (f) ação de usucapião, processada sob autos nº 5029659-21.2023.8.24.0033, ingressada por Roseli Aparecida dos Santos Alves e Abel Ferreira Alves, que alegam que exercem a posse mansa e pacífica de um imóvel urbano de 411,45m², situado na rua Margarida Bernardina Nicolau, nº 226, bairro Praia Brava, na cidade de Itajaí-SC, cujo imóvel confronta ao sul com terras de Embrapa Empresa Brasileira de Edificações S.A. - matrícula nº 12.076 e (ii) ação de usucapião, processada sob autos nº 0002302-11.2010.8.24.0033 - ingressada por Osmar Francisco da Rocha (falecido) - substituído por Sueli Teresinha da Rocha -, na qual alega que exerce a posse mansa e pacífica de um terreno, com berfiteiros, 4 (quatro) edificações, sendo uma de alvenaria com 240,00m² e 3 (três) de madeira com 318,10m² de área total construída, localizado na rua Bruno França, s/n, no bairro Praia Brava, na cidade de Itajaí-SC, com área total de 256.503,00m², confrontando na extrema sul medindo 1.200,00m com terras de Embrapa Empresa Brasileira de Edificações S.A. - matrícula nº 12.076. Ambas ações tem por objeto parte do imóvel (terreno) matriculado sob nº 12.076 junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da mesma comarca, de titularidade da Embrapa Empresa Brasileira de Edificações S.A., entregue em garantia real de alienação fiduciária, tendo como credora fiduciária a Securitizedora, conforme “Escritura Pública de Constituição de Garantia Real de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças”, lavrada nas notas do Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos da comarca de Balneário Camboriú-SC, que integra uma área maior de 339.048m² (trezentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oito metros quadrados); (iii) Caso aprovado o item (i) acima, ratificar que a Devedora constituirá diretamente advogados com a cláusula “ad iudicia”, para agir em qualquer juízo, instância ou tribunal, com todos os poderes para o foro em geral, com vistas à defesa nos autos das ações de usucapião, descritas no item (i) da Ordem do Dia, pensando a Securitizedora de qualquer atuação neste sentido, em qualquer juízo, instância ou tribunal; (iv) Aprovar a alteração do mecanismo de Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial por *Cash Sweep* (conforme definido no Termo de Securitização), previsto na Cláusula 7.1.2 do Termo de Securitização, e, conseqüentemente, a alteração da Ordem de Prioridade de Pagamentos, conforme Cláusula 10.7 do Termo de Securitização, para excluir o subitem “h”, considerando que não haverá liberação do saldo restante à Devedora. Caso aprovado, as modificações passarão a vigorar na forma descrita abaixo: “7.1.2. A realização da Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial por *Cash Sweep* contemplará o disposto a seguir, em todo caso observada a Razão Mínima de Garantia: 100% (cem por cento) dos recursos excedentes decorrentes dos Contratos Performados ou dos Contratos Não Performados deverão ser integralmente utilizados para amortização extraordinária do saldo do Valor Nominal Unitário, observada a Ordem de Prioridade de Pagamentos da Cláusula 10.7.” “10.7. Ordem de Prioridade de Pagamentos: Os valores recebidos em razão do pagamento dos Créditos Imobiliários, incluindo qualquer recurso oriundo de amortizações extraordinárias, liquidação antecipada ou realização das Garantias, deverão ser aplicados de acordo com a seguinte ordem de prioridade de pagamentos, de forma que cada item somente será pago caso haja recursos disponíveis após o cumprimento do item anterior: (a) Despesas do Patrimônio Separado, sem exclusão da responsabilidade da Devedora pelo pagamento, com recursos do Patrimônio Separado, incluindo a taxa de Administração da Emissora; (b) Reconposição do Fundo de Despesas, caso não tenham sido recompostos com recursos próprios da Devedora; (c) Reconposição do Fundo de Reserva, caso não tenham sido recompostos com recursos próprios da Devedora; (d) Encargos Moratórios eventualmente incorridos; (e) Remuneração dos CRI; (f) Amortização dos CRI, de acordo com a tabela de amortização dos CRI constante do Anexo II a este Termo de Securitização; e (g) Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial por *Cash Sweep*.” (iv) Deliberar sobre a alteração da Cláusula 13.9.3 do Termo de Securitização para modificar o quórum necessário nas deliberações, passando a exigir o voto favorável de Titulares de CRI que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação em primeira convocação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais um dos presentes, desde que representem ao menos 30% (trinta por cento) dos CRI em Circulação; (v) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado na plataforma digital “Microsoft Teams”, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, indicando no assunto “Documentos para AGT – CRI EMBRAED 43”, observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos

PUNHAL VERDE-AMARELO

Provas atestam que Bolsonaro sabia de plano para matar Lula

JULIANO GALISI/AE

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi denunciado ao Supremo Tribunal Federal (STF) por tentar um golpe de Estado após as eleições de 2022. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), Bolsonaro, enquanto presidente, soube e concordou com um plano de execuções de autoridades públicas batizado de "Punhal Verde e Amarelo".

A PGR menciona provas coletadas pela Polícia Federal (PF) para concluir que Bolsonaro soube do plano de assassinatos por meio do general Mário Fernandes, secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência e autor do esboço criminoso. Fernandes estava em posse do plano de assassinatos em duas ocasiões em que se encontrou com Jair Bolsonaro: na tarde de 9 de novembro de 2022, no Palácio da Alvorada, e na noite de 6 de dezembro, no Palácio do Planalto.

Em 9 de novembro, Fernandes imprimiu o "Punhal" no Planalto, 39 minutos antes de entrar no Alvorada, onde estavam Jair Bolsonaro e o tenente-coronel Mauro Cid, seu então ajudante de ordens. Em 6 de dezembro, Fernandes voltou a imprimir o "Punhal" em um equipamento do Planalto. Naquele momento, Bolsonaro, Cid e um "kid preto" estavam no local. Três dias depois, Fernandes enviou um áudio a Cid elogiando Bolsonaro por ter "aceitado o nosso assessoramento".

"O plano foi arquitetado e levado ao conhecimento do presidente da República, que a ele anuiu", concluiu o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, era uma das quatro

vítimas do plano, além da chapa eleita nas urnas no mês anterior, composta por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSB). Uma quarta vítima, apelidada de "Juca", foi descrita pelos golpistas como "iminência parda do futuro governo", mas não foi identificada pela PF. A ação contraria com o apoio operacional de "kids pretos", como são chamados os militares das Forças Especiais do Exército Brasileiro.

Bolsonaro foi denunciado por cinco crimes que, somados, podem ultrapassar 43 anos de reclusão, consideradas as penas máximas para cada delito e os agravantes. Outros 33 nomes foram implicados pela PGR na trama golpista, entre os quais aliados próximos do ex-presidente e militares de alta patente. A apreciação da denúncia cabe à Primeira Turma do STF. A defesa de Bolsonaro disse, em nota, que a denúncia da PGR é "inepta".

No dia 8 de novembro de 2022, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, enviou uma mensagem ao "kid preto" Rafael Martins de Oliveira. "Rascunha alguma coisa", disse Cid ao militar. "Fica tranquilo!! Tá sendo feito!!", responde Rafael Oliveira. A mensagem, segundo a PF, indica que a concepção do plano de execuções estava em andamento.

No dia seguinte, às 09h23, Mário Fernandes entrou no Palácio do Planalto e, de lá, redigiu e imprimiu o plano de assassinatos. A PF identificou que o "Punhal" estava contido em um arquivo digital de nome "Fox_2017.docx". Segundo a investigação, o nome do arquivo refere-se a um dos carros da Volkswagen, ano 2017. O secretário-executivo nomeava arquivos

de conteúdo sensível com referências aos seus carros.

Mário Fernandes terminou de modificar o arquivo "Fox_2017.docx" às 17h05. O general renomeou o item para "Microsoft Word - Plj docx" e o imprimiu às 17:09. As letras "Plj" referem-se a "planejamento". Trinta e nove minutos depois, às 17:48, Fernandes registrou entrada no Alvorada. Neste mesmo momento, Bolsonaro e Cid estavam no local.

"Há nos autos elementos probatórios demonstrando que no dia 9 de novembro de 2022, após elaborar e imprimir o documento no palácio do Planalto, Mário Fernandes foi até o Palácio da Alvorada, local onde estava o presidente Jair Bolsonaro", afirmou a PF. "Cabe destacar que Mauro Cid estava no Palácio da Alvorada no mesmo período da visita do general Mario Fernandes", completaram os investigadores.

Mais detalhes do plano foram acertados em 12 de novembro, em uma reunião na casa do general Walter Braga Netto, ex-ministro de Jair Bolsonaro e candidato a vice-presidente na chapa do PL em 2022. O plano de assassinatos pretendia criar forte comção nacional para que, em seguida, fosse criado um gabinete de crise Braga Netto estaria à frente do gabinete.

O "Punhal" voltou a ser impresso no Palácio do Planalto em 6 de dezembro, às 18h09. Naquele momento, Jair Bolsonaro também estava no local. A PF chegou a essa conclusão ao checar mensagens de um grupo de WhatsApp denominado "Acompanhamento", no qual assessores se revezavam para acompanhar os locais aos quais o presidente se dirigia.

Durante a tarde, o presidente

participou de uma cerimônia de posse de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A chegada estimada do presidente ao Planalto é às 17h56. Nesse horário, o ajudante de ordens Jonathan Diniz Vieira Coelho enviou uma mensagem no grupo "Acompanhamento" com os dizeres: "PR no Planalto". PR refere-se a presidente da República. Às 18h31, Bolsonaro já estava no Alvorada, segundo mensagem de Diniz Coelho.

Além de Fernandes e Bolsonaro, Mauro Cid e Rafael Martins de Oliveira também estavam no Planalto em horários compatíveis com a impressão do "Punhal". Nos casos de Cid e Oliveira, a PF chegou a essa conclusão utilizando dados de localização por satélite.

Três dias depois, na tarde de 9 de dezembro, Bolsonaro realizou seu primeiro posicionamento após a derrota eleitoral. Em discurso a apoiadores no Alvorada, o presidente afirmou que "nada estava perdido". À noite, Mário Fernandes enviou uma mensagem de áudio a Mauro Cid celebrando o aceite de Bolsonaro ao "nosso assessoramento".

"Força, Cid. Meu amigo, muito bacana o presidente ter ido lá à frente ali do Alvorada e ter se pronunciado, cara. Que bacana que ele aceitou aí o nosso assessoramento", disse o general.

"O áudio não deixa dúvidas de que a ação violenta era conhecida e autorizada por Jair Messias Bolsonaro, que esperava a sua execução ainda no mês de dezembro. O grupo planejava agir com a maior brevidade possível, a fim de impedir a assunção do Poder pelo novo governo eleito", afirmou Paulo Gonet na denúncia da PGR.

com o ministro Alexandre de Moraes, em São Paulo."

De acordo com a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), além do monitoramento de Moraes, Bolsonaro estava ciente e concordou com o planejamento e a execução de ações para assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro do STF Alexandre de Moraes.

Segundo o procurador-geral da República, Paulo Gonet, o plano intitulado "Punhal Verde Amarelo" foi arquitetado e levado ao conhecimento do então presidente da República.

operação da Polícia Federal (PF) que descobriu os planos para assassinar autoridades e instalar o caos no país. A investigação apontou que ele seria um dos militares "mais radicais" da trama golpista e que teria atuado como elo entre os manifestantes acampados em quarteis gerais pelo país após as eleições de 2022, o governo federal e militares de diferentes patentes.

Segundo Mauro Cid, além de Mário Fernandes, outro envolvido nos planos golpistas é o general Walter Braga Netto, que também está preso em unidade do Exército no Rio de Janeiro.

"Braga Netto conversava todo dia com Bolsonaro, de manhã e no final da tarde, durante o período, após a derrota eleitoral, em que Bolsonaro ficou recluso no Alvorada", afirmou Cid.

15 DIAS

Moraes nega pedido de Bolsonaro para entregar defesa em 83 dias

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem, em Brasília, pedido feito pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro para apresentar defesa no prazo de 83 dias.

A solicitação foi feita após Moraes determinar a intimação dos advogados do ex-presidente para se manifestarem sobre a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito da trama golpista. O prazo de 83 dias seria para compensar o mesmo período em que o processo ficou na procuradoria para a elaboração da denúncia.

EMENDA PIX

Dino pede que governo explique uso de verbas

ADRIANA VICTORINO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino pediu, ontem, que o governo federal esclareça o uso de verbas de emendas Pix gastas em eventos, beneficiados ou não pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, o Perse. A iniciativa foi criada em 2021 para ajudar as empresas das áreas de turismo e eventos prejudicadas pelo isolamento social causado pela pandemia de Covid-19.

Dino intimou a Secretaria de Relações Institucionais, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Turismo para que informem se os critérios de transparência e rastreabilidade estão sendo cumpridos. O pedido consta na ADPF 854 que trata do orçamento secreto, revelado pelo *Estadão*. As emendas Pix são as emendas de transferência especial que permitem a parlamentar enviar recursos para Estados e municípios sem informar de maneira prévia a destinação do dinheiro.

As pastas deverão informar à Corte sobre a existência de

FAROESTE

STJ põe no banco dos réus desembargadora

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu na quarta-feira passada, mais uma denúncia do Ministério Público Federal no âmbito da Operação Faroeste e mandou para o banco dos réus a desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia Lígia Maria Ramos Cunha Lima, dois filhos seus e um advogado ex-assessor dela que fez delação premiada.

A Faroeste, deflagrada em 2019, investiga desembargadores, juízes de primeira instância, advogados e produtores rurais em suposto esquema de venda de sentenças relacionadas à disputa de terras no oeste baiano.

Em decisão unânime dos ministros da Corte Especial, a desembargadora, os dois filhos e o advogado e ex-assessor passam a responder por suposta participação na organização criminosa voltada à prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, informou o STJ.

A magistrada e um dos filhos também são acusados de dificultar as investigações.

Em novembro de 2024, a desembargadora foi aposentada compulsoriamente, por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em processo administrati-

SEM AMPARO LEGAL

Na decisão, Moraes disse que o pedido não tem amparo legal. "Os requerimentos alternativos formulados para a concessão de 83 dias de prazo ou prazo em dobro (30 dias) carecem de qualquer previsão legal, pois a legislação prevê o prazo de 15 dias, nos termos do art. 4º da Lei 8.038/90 e no art. 233 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal", justificou.

Mais cedo, a defesa de Bolsonaro alegou que a denúncia possui muitos documentos e o prazo de 15 dias - previsto em lei - não é suficiente para os advogados exercerem a defesa.

contas específicas para o recebimento de recursos de emendas Pix, se é possível rastrear os recursos desde a destinação da emenda até o pagamento de fornecedores de produtos e serviços associados aos eventos, bem como se eles se inserem ou não no Perse.

A gestão Lula tentou acabar com o Perse, mas o programa foi mantido pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Executivo no último ano após um acordo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fechou uma negociação com parlamentares e limitou o benefício a um custo de R\$ 15 bilhões até 2026, além de reduzir o rol de atividades autorizadas a receber a isenção fiscal.

O Ministério da Saúde também foi citado pelo ministro do STF no despacho. Dino ressaltou que não há bloqueio de emendas parlamentares na área da Saúde e exigiu que a pasta apresente as medidas e o fluxo sobre emendas parlamentares em até 15 dias e que Estados e municípios regularizem todas as contas específicas que recebem as emendas.

vo disciplinar. Ainda cabe recurso da decisão. Na sessão de julgamento, o vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand, ressaltou que as provas são suficientes para atestar a participação dos réus no esquema criminoso.

Entre as documentações, Hindenburgo citou a quebra de sigilo bancário e fiscal, relatórios de inteligência financeira e reiterados contatos telefônicos entre assessores da desembargadora e os advogados das pessoas beneficiadas pelas decisões judiciais.

"Todos os fatos relatados na denúncia estão, em seu contexto geral, suficientemente comprovados pela soma das provas produzidas", cravou o vice-procurador-geral.

Hindenburgo Chateaubriand destacou que tais provas são reforçadas pelas informações obtidas no acordo de colaboração premiada firmado entre o MPF e um dos réus - o advogado e ex-assessor. O delator afirmou que recebeu R\$ 400 mil para intermediar um dos julgamentos no Tribunal de Justiça da Bahia. O relator do caso no STJ, ministro Og Fernandes, reiterou que as provas apresentadas pelo MPF, incluindo ainda gravações ambientais, confirmam as declarações do colaborador e indicam as práticas dos crimes.

Cid diz que juiz do TSE ajudou a espionar Alexandre de Moraes

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, disse, em depoimento de delação premiada, que o ministro Alexandre de Moraes foi monitorado por um juiz que atuava no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2022, época na qual o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) presidia a Justiça Eleitoral.

A confirmação está em um dos vídeos da delação, cujo sigilo foi retirado ontem após a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciar o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 33 investigados no

inquérito do golpe.

No início do depoimento, Moraes, que presidiu a delação, perguntou a Mauro Cid se ele tinha conhecimento das ações que foram realizadas para monitorá-lo.

Cid disse que cumpriu ordens de Bolsonaro e repassou a determinação para que fossem obtidas informações sobre Alexandre de Moraes.

"Solicitei ao coronel Câmara (um dos denunciados). Não sei quem era o contato dele. Nunca perguntei. O que eu sei era aquele ministro, aquele elemento do TSE", afirmou o tenente-coronel.

Após a confirmação, o próprio ministro pediu a palavra e afir-

mou que o juiz foi identificado. O nome ainda não foi divulgado.

"Não é um ministro, é um juiz que nós identificamos", confirmou Moraes. Na quarta-feira, a retirada do sigilo dos depoimentos escritos também confirmou que Moraes foi monitorado em outros momentos.

"Indagado sobre o motivo da determinação feita pelo então presidente Jair Bolsonaro para que fosse realizado o acompanhamento do ministro Alexandre de Moraes, respondeu que um dos motivos foi o fato de que o então presidente havia recebido uma informação de que o general Mourão estaria se encontrando

Mauro Cid diz que general estava com raiva e pressionava Bolsonaro por golpe

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, disse que o general da reserva Mário Fernandes, um dos denunciados pela tentativa de golpe de Estado, estava entre os que mais pressionavam o ex-presidente Jair Bolsonaro a tomar alguma medida de intervenção contra a democracia nos dois meses entre o fim das eleições de 2022 até a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023. Os detalhes constam em material de áudio e vídeo de delação premiada do militar liberado ontem pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que detalha um plano de ruptura institucional movido pelo ex-presidente e aliados.

A delação de Cid, que trabalhou ao lado de Bolsonaro durante todo mandato presidencial, serviu de base para a denúncia apresentada na terça-feira passada em que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, acusou o ex-presidente e o próprio Cid, além de outras 32 pessoas, pelos crimes de tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

Fernandes, que é general do Exército e, no fim do mandato de Bolsonaro, foi secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência, já foi comandante dos kids pretos, força de elite do Exército. De acordo com a denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR), ele ficou responsável por coordenar as ações de monitoramento e assassinato de autoridades públicas, incluindo do presi-

dente Lula, do vice Geraldo Alckmin e do próprio ministro Alexandre de Moraes, que presidia o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esse plano de atentado, descoberto pelos investigadores, era chamado de Punhal Verde e Amarelo.

"Ele (Fernandes) era um general que estava muito ostensivo, inclusive nas redes sociais. Estava com os manifestantes o tempo todo, estava indo lá. Inclusive, o general Freire Gomes [então comandante do Exército] até cogitou punir ele, porque ele estava muito ostensivo na pressão para que os generais para que pudessem fazer alguma coisa. Ele estava bem, digamos, raivoso. Era o que mais impulsionava o presidente [Bolsonaro] a fazer alguma coisa", citou Mauro Cid na delação.

Fernandes foi preso no fim de novembro do ano passado, em



PERIGO NO AR

Voo da Latam retorna ao Galeão após avião colidir com pássaro

A companhia aérea Latam informou que a aeronave que realizava o voo LA3367 (Rio de Janeiro/Galeão-São Paulo/Guarulhos), que decolou às 10h35 desta quinta-feira, retornou ao aeroporto da capital fluminense após um *bird strike* (colisão com pássaro). O pouso ocorreu às 11h04, e o voo que iria para São Paulo foi cancelado. A parte da frente do avião ficou destruída. "A Latam lamenta os transtornos causados e informa que está oferecendo a assistência necessária para todos os clientes impactados, que serão reacomodados em voos da companhia previstos para hoje (ontem) e amanhã (hoje) (20 e 21). Por fim, a Latam reitera que adota todas as medidas de segurança técnicas e operacionais para garantir uma viagem segura para todos", diz nota divulgada pela empresa.

Em seu LinkedIn, o diretor executivo da Latam, Jerome Cadier, comentou o incidente e disse podia apostar que a primeira ação na justiça contra a companhia aérea, pedindo indenização por dano moral por cancelamento do voo chegaria "amanhã mesmo".

"Hoje um desabafo! Agora há pouco, mais uma colisão com pássaro (*bird strike*, na aviação). A aeronave voltou em segurança, mas obviamente o voo foi cancelado, atropa-

lhando a vida de todos os passageiros, e obviamente da cia (companhia) aérea também. Posso apostar com vocês que a primeira ação na justiça contra a cia aérea, pedindo indenização por dano moral por cancelamento deste voo vai chegar amanhã mesmo...e assim segue a aviação brasileira...a pergunta é: quem paga a conta?", escreveu o executivo.

RIOGALEÃO

Segundo a concessionária RIOgaleão, o incidente foi registrado a uma altitude classificada como colisão fora do sítio aeroportuário de acordo com o Plano de Gerenciamento do Risco da Fauna da concessionária, aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Os dados serão encaminhados à Anac e ao Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

"O RIOgaleão reitera seu compromisso com a segurança operacional do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. A concessionária realiza diariamente ações de manejo de fauna para reduzir os riscos de colisões entre aeronaves e aves dentro do sítio aeroportuário, como monitoramento e dispersão de aves, incluindo atividades de falcoaria", diz nota da concessionária.

TROCA DE TIROS

Helicóptero da polícia atinge fiação elétrica

Um helicóptero da Polícia Civil do Rio de Janeiro colidiu com fiação de rede elétrica durante troca de tiros com criminosos em uma área de mata de Duque de Caxias, na região metropolitana do Rio. O incidente ocorreu na manhã de ontem, e teve um vídeo foi divulgado no X. Nenhum agente se feriu, conforme a Polícia Civil.

De acordo com a Polícia Civil do Rio, o Serviço Aeropolicial da Coordenadoria de Recursos Especiais (Saer/Core) realizava apoio aéreo a uma ação de captura de criminosos armados na área de mata de Duque de Caxias.

Enquanto fazia um voo de baixa altitude, o helicóptero foi alvo de disparos de criminosos que estavam no solo e os agentes que nela estavam reagiram

também atirando. Em uma das manobras evasivas, a aeronave acabou tocando em fios da rede elétrica.

"Os pilotos conseguiram controlar a situação com sucesso, evitando danos à aeronave e garantindo a integridade de toda a equipe a bordo, que não sofreu qualquer ferimento", informa a Polícia Civil do Rio em nota. Foi feito um pouso breve para verificação e, em seguida, retomaram o voo.

"Operações aéreas desse tipo são consideradas de alto risco devido à baixa altitude em que as aeronaves precisam operar, o que por si só representa um desafio significativo, além dos riscos inerentes a possíveis confrontos com criminosos armados, existência de rede de alta tensão e outros obstáculos", continua a polícia.

COMLURB

Garis recebem uniformes para enfrentar calor

A Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) informou que começou a distribuir as novas blusas confeccionadas em *dry fit* como parte do uniforme dos garis do Rio de Janeiro.

O objetivo é que as camisas, confeccionadas com o mesmo tecido usado em roupas esportivas, tragam maior conforto térmico durante o verão carioca. O *dry fit* é uma mistura de tecidos sintéticos, como o poliéster ou poliamida e elastano, com a fibra bastante fina.

O uniforme mantém a logo da Comlurb e as faixas reflexivas, só muda o tecido, o mesmo utilizado nas blusas usadas pelos garis durante as Olimpíadas do Rio, em 2016.

Independentemente da função, os garis recebem sachê de protetor solar e boné ou chapéu legionário, que protege orelhas e pescoço, com proteção UV 50. Aqueles que atuam nas praças

recebem óculos de sol com proteção UV. Os garis também recebem sacochila com garrafa plástica, que podem ser reabastecidas com água nos bebedouros das gerências.

As calças e os calçados permanecem os mesmos, seguindo as normas de segurança do trabalho.

A calça comprida, que têm proteção UV e faixa refletiva para evitar atropelamentos, é indispensável, uma vez que os profissionais têm que estar protegidos de objetos descartados de maneira irregular, como garrafas de vidro e espetinhos de churrasco, entre outros.

Por questão de segurança física é obrigatório a todos, inclusive aos que atuam na praia, o uso do borzeguim (calçado de segurança em microfibras, com palmilha antiperfurante não metálica, hidrorrepelente e mais ergonômico e mais leve) e luvas.

EUA

Pesquisa revela que população não aprova 'ações' de Trump

PEDRO LIMA/AE

As primeiras ações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em seu segundo mandato têm recebido avaliações mistas ou negativas da população dos EUA, mostrou uma pesquisa realizada pela *Ipsos/The Washington Post*.

De acordo com o levantamento, 57% dos americanos acreditam que Trump excedeu sua autoridade desde que assumiu o cargo, enquanto 43% apoiam o que ele fez no primei-

ro mês de governo. A desaprovação às suas iniciativas é mais intensa do que o apoio: 37% se opõem fortemente, contra 27% que apoiam fortemente.

Além disso, quase 90% dos republicanos apoiam as ações de Trump, enquanto 90% dos democratas as rejeitam. Entre os independentes, cerca de um terço apoia o presidente, e metade se opõe. O restante não tem uma posição definida.

A maioria dos americanos (63%) concorda que Trump deveria precisar da aprovação do Congresso para congelar fundos

de programas já aprovados por legisladores e ex-presidentes. Além disso, 53% desaprovam a forma como ele está lidando com a economia, e 54% reprovam sua gestão do governo federal. Sobre imigração, as opiniões ficam divididas, com 50% de aprovação sobre suas ações e 48% de rejeição.

Em relação a atributos pessoais, 62% dos entrevistados afirmam que Trump não é "honesto e confiável", e a população está dividida sobre se ele tem "a capacidade mental necessária para servir efetivamente como presidente" - 47% dizem que

sim, enquanto 50% discordam.

As avaliações sobre Elon Musk são mais negativas: 34% aprovam seu trabalho, enquanto 49% desaprovam. A maioria (63%) está preocupada com o acesso de sua equipe a dados pessoais sensíveis

A ação menos popular do presidente dos EUA é o perdão concedido a condenados por crimes relacionados ao ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021. Mais de 80% se opõem ao perdão para condenados por crimes violentos, e 55% rejeitam o perdão para crimes não violentos.

MEDIDA DURA

Trump assina decreto que acaba com benefícios de imigrantes ilegais

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou um decreto para acabar com os benefícios federais direcionados a pessoas em condição ilegal no país, informou a Casa Branca no fim da noite da quarta-feira passada.

O comunicado diz que o governo acabará com "todos os benefícios financiados pelos contribuintes para imigrantes ile-

gais", mas não detalha a medida. Imigrantes ilegais geralmente não têm direito a benefícios do governo americano, exceto em casos de cuidados médicos de emergência. Já as crianças têm direito à educação pública gratuita, independentemente do status de imigração, de acordo com uma decisão da Suprema Corte de 1982.

Em conversa com jornalistas

no Air Force One, enquanto se deslocava da Flórida para Washington, na noite da quarta, Trump voltou a elogiar a ideia de usar uma parte da economia do corte de custos planejado pelo Departamento de Eficiência Governamental (Doge, na sigla em inglês) para fazer pagamentos diretos aos americanos. "Eu adoro isso," disse Trump.

Trump também disse que está

considerando comprar aeronaves usadas da Boeing para usar como avião oficial da presidência - o Air Force One. A fabricante americana atrasou a produção de dois modelos encomendados pela Casa Branca. "Estamos olhando para alternativas, já que a Boeing está demorando." O presidente descartou, porém, comprar modelos da europeia Airbus. Fonte: Associated Press.

PORTUGAL

Ao lado de Lula, primeiro-ministro defende acordo entre UE e Mercosul

FELIPE FRAZÃO/AE

O primeiro-ministro de Portugal, Luís Montenegro, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defenderam ontem, a implementação do acordo de associação entre os blocos Mercosul e União Europeia (UE). O governo brasileiro tem expectativa de que as próximas etapas, após a conclusão da fase de negociações em dezembro passado, sejam superadas ainda neste ano.

O premiê português fez um alerta enfático sobre a necessidade de avançar no processo de assinatura e ratificação, sob o risco de a Europa perder espaço para concorrentes. Ele afirmou que o maior trabalho agora é da própria Europa. Objeções políticas e de setores agrícolas em países como França, Itália, Áustria, Polónia e Irlanda podem ameaçar o progresso.

Para o governante português, o acordo abre as portas para uma relação comercial regulada, com confiança nas trocas e "reciprocamente justa", além de formar um mercado com mais de 700 milhões de pessoas. Ele afirmou que defenderá com todos os argumentos a assinatura do acordo comercial e sua ratificação, que passa inicialmente pelo Conselho Europeu e pelo Parlamento Europeu.

"Seremos, como temos sido, defensores intransigentes da obrigação que reputamos ser da UE em implementar o acordo UE-Mercosul", afirmou o pri-

meiro-ministro.

Sem citar a China, que avançou no comércio com a América do Sul nos últimos anos e provocou uma reação da UE com o projeto Global Gateway, o português alertou para perda potencial de mercados.

Montenegro também criticou uma possível "escalada protecionista", a partir das tarifas impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que poderá trazer dissabores econômicos e aumento de preços a médio prazo.

"É preciso dizer isso olhos nos olhos: se não for implementado, é um espaço que fica aberto a outros blocos comerciais. Se os europeus não tiverem a capacidade de implementar depois não podem se queixar de ver outros blocos comerciais invadirem de forma não regulada e não leal do ponto de vista do comércio internacional o espaço que não tiveram a capacidade de ocupar. Esse é um desafio, mais do que vosso, é nosso", afirmou Montenegro.

O acordo demorou 25 anos de negociação, concluídas no fim do ano passado. O processo de tradução e revisão do acordo deve ser concluído ainda no primeiro trimestre do ano. A expectativa da diplomacia brasileira é que o texto possa ser assinado no início do segundo semestre, passando à fase de ratificação no âmbito da União Europeia até o fim do ano.

"Quando o protecionismo comercial ganha força no mundo,

demonstramos o potencial de integração. Não há dúvidas de que o acordo trará benefícios para os dois blocos. Ele significará acesso a bens e serviços mais baratos, aumento dos investimentos e cooperação renovada para proteger o meio ambiente, sem prejuízo da política de neoindustrialização brasileira", disse Lula.

No segundo semestre, o Brasil assumirá a presidência rotativa do Mercosul, após o fim do período da Argentina. Atualmente, a presidência da UE está com a Polónia, abertamente contrária ao acordo - em seguida será da Dinamarca, favorável. O Brasil também vai sediar neste ano uma cúpula com líderes da UE.

Lula também se queixou de Trump, sem citá-lo. O petista afirmou que o país que mais defendia a democracia e o livre comércio no mundo agora ameaça "tomar tudo" e "agora é o que fala menos em democracia e mais em protecionismo".

ACORDOS BILATERAIS

Os governos de Brasil e Portugal assinaram 19 acordos, discutiram o avanço do extremismo, sobretudo na esfera digital, e debateram propostas de regulação das big techs e combate à desinformação.

O governo brasileiro confirmou que vai abrir sedes da Apex-Brasil, a agência de promoção de exportações e investimentos, e da Fiocruz, em Portugal. Os países estabeleceram um

hub aeronáutico da Embraer com a OGMA.

Lula convidou, e Montenegro confirmou presença na cúpula climática das Nações Unidas, a COP-30, em novembro, em Belém (PA).

"Quando alguns escolhem a competição e a guerra, nossos países apontam o caminho do diálogo e da paz. O futuro do planeta requer que todos, sem exceção, cumpram os compromissos assumidos no Acordo de Paris e alinhem ambição e financiamento."

O premiê destacou que o grupo Vila Galé vai abrir um hotel boutique para a COP-30, na capital paraense, e destacou investimentos de empresas portuguesas no País.

Sobre o processo de privatização da empresa aérea de bandeira nacional TAP, ele afirmou que o caderno de encargos terá como obrigação a manutenção de rotas ligando Brasil e Portugal. "Isso é absolutamente garantido", disse Montenegro, sobre a TAP Air Portugal.

No campo policial, os governos também firmaram uma parceria para combate ao terrorismo e facções criminosas transnacionais, com foco sobretudo no Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV). O acordo envolve o Ministério da Justiça, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal. Haverá maior troca de informações e documentos confidenciais, segundo os governos.

Nota

TRUMP ESTÁ FRUSTRADO POR ZELENSKY NÃO TER IDO À MESA DE NEGOCIAÇÕES

O conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Michael Waltz, afirmou ontem, que o presidente Donald Trump está "frustrado" com o líder ucraniano, Volodymyr Zelensky, por "diversos motivos". Um deles é o fato de Zelensky ainda não ter se reunido com o republicano para negociar um acordo que leve ao fim da guerra com a Rússia. Há pouco, Zelensky disse estar pronto para um "acordo forte e realmente benéfico com o presidente dos Estados Unidos sobre investimentos e segurança".

Em coletiva de imprensa na Casa Branca, Waltz destacou que, além do líder ucraniano, outros chefes de Estado europeus também são "bem-vindos" às conversas por um acordo de paz. Segundo o conselheiro, "não há nada melhor para o futuro da Ucrânia do que o apoio dos Estados Unidos" e pediu que Zelensky reconsiderasse a proposta de exploração de minérios em território ucraniano por empresas americanas. Na quarta-feira passada, Trump chamou Zelensky de "ditador" em seu perfil na Truth Social. Questionado se o republicano também vê o presidente russo, Vladimir Putin, da mesma forma, Waltz evitou responder diretamente.